Gênero, raça e o contrato sexual: uma análise cruzada entre Simone de Beauvoir, Carole Pateman e Lélia Gonzalez

Gender, Race, and the Sexual Contract: A Cross-Analysis of Simone de Beauvoir, Carole Pateman and Lélia Gonzalez

Ana Elisa Pereira*

RESUMO

O texto articula as contribuições de Simone de Beauvoir, Carole Pateman e Lélia Gonzalez, para a compreensão da opressão das mulheres nas sociedades ocidentais. Beauvoir analisa a construção social da mulher como “Outro” do homem, base da sua subordinação. Gonzalez critica o eurocentrismo do feminismo tradicional, evidenciando que a mulher negra é o “outro do outro”, marcada por opressões de gênero, raça e classe. Seu conceito de “amefricanidade” propõe uma valorização dos saberes afro-latino-americanos. Pateman, por sua vez, revela que o contrato social moderno se sustenta sobre um contrato sexual prévio, que institucionaliza a dominação masculina por meio de práticas como o casamento e a prostituição. A partir da interlocução entre essas autoras, o texto argumenta que a libertação feminina exige uma crítica interseccional ao patriarcado, ao racismo e às estruturas políticas que negam às mulheres – especialmente às negras – o acesso pleno à cidadania, ao corpo e ao desejo.

Palavras-Chave: Simone de Beauvoir; Lélia Gonzalez; Carole Pateman; contrato sexual; gênero; raça; classe.

ABSTRACT

The text articulates the contributions of Simone de Beauvoir, Carole Pateman and Lélia Gonzalez, to the understanding of women’s oppression in Western societies. Beauvoir analyzes the social construction of woman as the “Other” to man, which underlies her subordination. Gonzalez critiques the Eurocentrism of traditional feminism, highlighting that Black women are the “other of the other,” marked by intersecting oppressions of gender, race, and class. Her concept of “amefricanidade” proposes valuing Afro-Latin American knowledge. Pateman, in turn, reveals that the modern social contract is based on a prior sexual contract that institutionalizes male domination through practices such as marriage and prostitution. Through the dialogue among these authors, the text argues that women’s liberation requires an intersectional critique of patriarchy, racism, and political structures that deny women — especially Black women — full access to citizenship, body, and desire.

Keywords: Simone de Beauvoir; Lélia Gonzalez; Carole Pateman; sexual contract; gender; race; class.

1 INTRODUÇÃO

As obras *O Segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, *O Contrato Sexual* (1988), de Carole Pateman, e os ensaios de Lélia Gonzalez, especialmente aqueles reunidos em

Artigo submetido em 24 de julho de 2025 e aprovado em 4 de agosto de 2025.

*Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em História pela FaE. UEMG. E-mail: anaempereira@gmail.com

Racismo e sexismo na cultura brasileira (1982), apresentam contribuições fundamentais para a compreensão da opressão das mulheres nas sociedades ocidentais. Partindo de tradições intelectuais distintas, essas autoras convergem na denúncia das estruturas patriarcais e racistas que sustentam a subordinação feminina. Este artigo busca articular os principais argumentos das três autoras, destacando suas afinidades e tensões, e refletindo sobre como seus pensamentos se complementam na crítica ao patriarcado e ao racismo estrutural.

Simone de Beauvoir, em *O Segundo sexo*, inaugura uma nova forma de pensar a condição feminina ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta célebre frase sintetiza sua tese de que a mulher é uma construção histórica e cultural, produzida por meio de relações sociais que a colocam como o “Outro” do homem. Para Beauvoir, a alteridade imposta à mulher é a base de sua subordinação: o homem se define como sujeito universal e racional, enquanto a mulher é relegada à natureza, ao corpo e à passividade. A autora mostra como, ao longo da história, as mulheres foram excluídas das esferas da liberdade e da transcendência, sendo confinadas ao papel de esposas, mães e objetos sexuais.

Contudo, a crítica feminista de Beauvoir, embora revolucionária em seu tempo, foi elaborada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e universalizante. É justamente neste ponto que entra a importante contribuição de Lélia Gonzalez, intelectual brasileira negra, que denuncia a invisibilização das mulheres negras nas teorias feministas hegemônicas. Para Gonzalez, a opressão de gênero não pode ser pensada isoladamente da opressão racial e de classe. A experiência das mulheres negras no Brasil, marcadas pela herança colonial e escravocrata, é profundamente distinta da das mulheres brancas da elite. O termo “amefricanidade”, cunhado por Gonzalez, propõe uma leitura da condição da mulher negra que valoriza os saberes afro-latino-americanos e denuncia a naturalização do racismo na cultura brasileira.

Enquanto Beauvoir identifica a mulher como “Outro” do homem, Gonzalez demonstra que a mulher negra é o “outro do outro”, ou seja, submetida a uma dupla (ou tripla) marginalização: por ser mulher, por ser negra e, muitas vezes, por ser pobre. A crítica de Gonzalez mostra que o patriarcado, no contexto brasileiro, está entrelaçado ao racismo estrutural herdado da colonização. Assim, não é possível falar de liberdade feminina sem considerar as desigualdades raciais e de classe que atravessam os corpos das mulheres negras.

Carole Pateman, por sua vez, contribui com uma perspectiva teórico-política ao analisar os fundamentos da ordem social moderna. Em *O contrato sexual*, Pateman retoma a tradição contratualista da filosofia política (Hobbes, Locke, Rousseau) para demonstrar que o “contrato social” que funda a sociedade civil é sustentado por um contrato anterior e oculto: o contrato sexual. Esse contrato estabelece a dominação masculina como parte constitutiva da sociedade liberal moderna. Para Pateman, o pacto original que institui o Estado é também um pacto patriarcal que naturaliza a posse dos homens sobre os corpos das mulheres, especialmente por meio do casamento, da prostituição e da maternidade compulsória.

Ao denunciar esse contrato implícito, Pateman revela as bases misóginas da política moderna, que exclui as mulheres da cidadania plena ao reduzir sua participação à esfera privada. Assim como Beauvoir, ela identifica o patriarcado como estrutura fundante da desigualdade de gênero. No entanto, sua abordagem é mais focada nas implicações políticas e jurídicas dessa dominação. Pateman mostra como a liberdade masculina é construída a partir da subordinação feminina, revelando a contradição entre os ideais liberais de liberdade e igualdade e a realidade patriarcal da dominação sexual.

A articulação entre os argumentos das autoras permite uma compreensão mais ampla e complexa da opressão das mulheres. Beauvoir lança as bases da crítica existencialista ao essencialismo de gênero; Gonzalez radicaliza essa crítica ao revelar os limites racistas e elitistas do feminismo branco europeu; Pateman expõe como a dominação masculina é incorporada aos

próprios fundamentos do Estado moderno. Este trabalho busca apresentar uma análise cruzada entre as três autoras.

2. SIMONE DE BEAUVOIR E A CONDIÇÃO FEMININA

“A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas em relação a ele.”
(Beauvoir, 1970, p. 10).

No primeiro volume de *O Segundo sexo* (1949), Simone de Beauvoir realiza uma investigação filosófica, histórica e antropológica sobre a condição feminina nas sociedades ocidentais. Participando ao lado de Jean-Paul Sartre da corrente existencialista francesa de meados do século XX, Beauvoir propõe que a mulher não possui uma essência natural e imutável, mas que sua identidade é historicamente construída a partir das suas relações sociais e culturais.

Beauvoir inicia sua análise questionando o porquê de a mulher ter sido historicamente considerada o “Outro” em relação ao homem. Em sua perspectiva, o sujeito universal, aquele que representa o ser humano por excelência, é o homem. E a mulher, por sua vez, é colocada em uma posição de alteridade: ela é o ser relacional, o que existe em função de outro, nunca por si mesma, “A mulher é definida e diferenciada em relação ao homem, e não ele em relação a ela; ela é o inessencial diante do essencial.” (Beauvoir, v. I, 1970, p. 10). Essa posição de “outro” não é resultado de capacidades físicas ou intelectuais inferiores, mas da forma como as estruturas sociais, econômicas e simbólicas sempre definiram as mulheres ao longo da história.

A autora, então, ao longo da sua mais célebre obra se debruça a analisar diferentes explicações que tentaram justificar a desigualdade entre os sexos. Na abordagem biológica, aponta que embora existam diferenças entre os corpos de homens e mulheres, essas não determinam, por si só, a inferioridade de um dos sexos. A biologia descreve como a dominação dos homens sobre as mulheres ocorre, mas não explica a sua existência. Na psicanálise freudiana, Beauvoir vê um esforço de compreender o inconsciente humano, mas critica o determinismo simbólico do falo como medida universal da subjetividade. A psicanálise, segundo ela, ignora o contexto histórico e social no qual a identidade feminina se forma, reduzindo a mulher à falta e ao desejo de ser homem. Já a partir da visão materialista, inspirada no marxismo, a filósofa francesa reconhece que a opressão da mulher tem relação com as condições materiais de sua existência, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho e à sua exclusão das estruturas produtivas. No entanto, critica o economicismo de algumas interpretações marxistas, que negligenciam a dimensão simbólica e subjetiva da opressão de gênero.

Simone de Beauvoir aborda a construção da mulher no campo dos mitos e das representações culturais e analisa como a mulher é retratada nos mitos fundadores, nas religiões e na literatura. A figura feminina aparece frequentemente como uma ameaça (Eva, Pandora), como um ser idealizado (a virgem, a musa) ou como objeto de desejo e medo masculino. Ela afirma que todas as histórias literárias foram escritas por homens e, de modo geral, para atender as expectativas dos homens, desta forma, os mitos criados sobre o mundo feminino e as mulheres serviam ao propósito masculino. Assim essa representação mitificada contribui para cristalizar a imagem da mulher como o “outro absoluto” (Beauvoir, v. I, 1970, p. 15), legitimando sua exclusão, seja por sua representação de inconveniência e por sua subordinação.

De igual modo, Beauvoir também destaca o papel da interiorização desses discursos e imagens ideais pelas próprias mulheres. A condição feminina é construída tanto pela dominação masculina quanto pela adesão passiva das mulheres a esses papéis. Muitas vezes, elas aceitam essa posição de objeto, de “segundo sexo”, como se fosse natural. Outras vezes buscam performar essas funções como forma de legitimação da sua existência, perpetuando os ciclos

de submissão. A libertação da mulher, para a autora, passa por seu entendimento como sujeito, ou seja, como ser capaz de agir no mundo com autonomia, transcendendo os papéis que lhe foram impostos.

Quando busca exemplificar a experiência da socialização feminina, Simone de Beauvoir, em sua polêmica obra publicada em 1949, aprofunda sua análise nas trajetórias ao longo das etapas da vida: infância, adolescência, vida sexual, casamento, maternidade e envelhecimento. Ela demonstra como as meninas são educadas desde a infância para a passividade, docilidade e conformidade aos padrões de feminilidade impostos. Essa educação é eficiente ao limitar as possibilidades de ação dessas meninas no mundo e ao estabelecer barreiras para uma existência plena e livre. Beauvoir afirma que o sujeito feminino é socialmente desencorajado a exercer sua liberdade, sendo orientado à imitação e à espera, em vez da criação e do desejo ativo. Já na adolescência, a jovem mulher é confrontada com as contradições entre seu corpo em transformação e os significados sociais da sexualidade. Enquanto a sexualidade masculina é associada à potência, ao prazer e a liberdade, a feminina é cercada por culpa, medo e mistificação. A iniciação sexual da mulher é uma experiência de opressão, na medida que é marcada pela negação do próprio desejo e pela submissão ao desejo masculino. A sexualidade, que poderia ser um campo de liberdade e expressão, torna-se, para muitas mulheres, mais um instrumento de controle sobre suas vontades e desejos.

Ao abordar o casamento, Simone de Beauvoir o descreve não como uma união livre entre iguais, mas como uma estrutura social que, com frequência, aprisiona a mulher em papéis de submissão. Em vez de proporcionar autonomia e parceria, o casamento tradicional a empurra para um lugar de renúncia à liberdade e aos próprios desejos, sem possibilidades de construção de um projeto de vida próprio.

Nas palavras da autora, “Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta-se ainda em sólidas bases econômicas e sociais” (Beauvoir, 1967, v. 2, p. 2). O casamento apresenta-se ainda como um destino proposto pela sociedade às mulheres e fora das bases de reciprocidade (Beauvoir, 1967, v. 2, p. 166). Essa ideia de subordinação se expressa nas expectativas socialmente impostas à esposa: que ela se molde às necessidades do marido, que viva em função dele e dos filhos, e que abra mão de si mesma para manter o equilíbrio da relação. Assim, o que deveria ser um espaço de afeto e apoio mútuo se torna, muitas vezes, uma prisão simbólica, onde os desejos e aspirações das mulheres são silenciados em nome da estabilidade conjugal.

Diferente do homem que é socializado para a conquista de espaços, e que na modernidade são simbolizados por carreira, trabalho, esportes, negócios, a mulher é socializada para o confinamento do espaço doméstico. Rita Laura Segato (2005) quando escreve sobre os crimes contra as mulheres de *Ciudad Juarez*, no México, demonstra como até mesmos os corpos femininos são territórios a serem dominados pelos homens. Dessa forma, desde a infância, em diversas culturas diferentes, a mulher é socializada para se tornar esposa. Desde cedo são levadas a acreditar que o casamento é o ponto alto da realização pessoal: uma promessa de amor e segurança. No entanto, como Simone de Beauvoir aponta, essa expectativa raramente se concretiza. Longe de ser um espaço de liberdade, o casamento tradicional se revela, para muitas, uma forma de aprisionamento. Enquanto o homem, mesmo depois de casado, continua exercendo sua liberdade — no trabalho, na vida social, e até em suas escolhas afetivas — a mulher costuma ser restringida ao papel da esposa que serve, cuida e se cala.

Beauvoir também aponta como a dependência econômica que o casamento impõe às mulheres, serve como ferramenta de aprisionamento. Sem autonomia financeira, muitas permanecem em relações de violências, por não conseguirem enxergar alternativas fora dessa estrutura. Como ela sintetiza, “sua dependência econômica coloca-a à disposição dele; ela é

apenas um elemento da vida masculina ao passo que o homem é toda sua vida” (Beauvoir, v.2, 1967, p. 376).

Além disso, Beauvoir chama atenção para a pressão social exercida sobre aquelas que optam por permanecerem solteiras, não ter filhos ou focar em suas carreiras. Como essas mulheres são vistas com desconfiança, tratadas como incompletas, egoístas ou até mesmo “perigosas”. Isso revela como o casamento é mais do que uma escolha, mas uma ferramenta, socialmente aceita, de validação da existência e instrumentalizada para o controle feminino.

Diante desse cenário, Beauvoir expõe o casamento não como um simples contrato entre dois indivíduos, mas como uma engrenagem do sistema patriarcal que perpetua a desigualdade entre os sexos. Em vez de abrir caminhos para a liberdade e a reciprocidade, ele frequentemente funciona como um dispositivo de domesticação da mulher, limitando sua existência plena e autônoma. Para romper com esse modelo, a autora defende uma transformação profunda das estruturas sociais, culturais e econômicas, mas também, e principalmente, a recusa da mulher em aceitar viver em função de um outro. A libertação feminina, segundo ela, passa pela crítica radical às formas tradicionais de relacionamento e pela reinvenção de vínculos que não sejam baseados na hierarquia, mas na liberdade mútua.

3 CAROLE PATEMAN E A RELEITURA CONTRATUALISTA

A história do contrato sexual é essencial para compreender os fundamentos do patriarcado moderno. No entanto, como afirma Carole Pateman (1988), o mundo descrito pelos teóricos clássicos do contrato social difere significativamente da realidade social contemporânea. A autora busca desvendar a lógica das relações entre homens e mulheres no período dos contratualistas, argumentando que tais relações estavam alicerçadas em uma estrutura de servidão. Nesse contexto, o papel desempenhado pela mulher, especialmente no ambiente doméstico, se assemelhava ao do escravo ou servo: “O senhor civil de uma família obtém o direito sobre sua mulher por intermédio de um contrato, o direito sobre seu servo era contratual e, segundo alguns teóricos clássicos do contrato e defensores da escravidão norte-americana, assim também o era o direito sobre seu escravo.” (Pateman, 1993, p. 175). Entre os contratos domésticos, o contrato matrimonial foi o único a permanecer como vestígio dessa lógica, perpetuando até os dias atuais a subordinação feminina no âmbito familiar.

As feministas denunciam o trabalho doméstico como uma forma de trabalho não remunerado, considerado natural e exclusivo da mulher, em uma analogia direta com o trabalho escravo. Pateman fornece diversos exemplos para ilustrar essa relação de dominação: a exigência, em determinadas épocas, de que um empregador pedisse autorização ao marido para contratar uma mulher (reforçando a ideia de que ela não poderia ter dois senhores); a prática da venda de esposas em praças públicas na Inglaterra; a dona de casa, retratada como a criada principal, cujas tarefas são moldadas pelas necessidades do marido; e a opressão física e sexual legitimada pelo casamento, na medida em que o marido exerce poder sobre o corpo da esposa como se fosse uma propriedade.

Ao longo da sua obra, Pateman argumenta que o contrato de casamento é, na verdade, um contrato de servidão, uma vez que não se estabelece entre sujeitos iguais e não se enquadra na lógica do contrato capitalista. O trabalho doméstico, por não envolver troca livre entre partes com igualdade jurídica, difere do trabalho assalariado tradicional. Como ela afirma:

O escravo assalariado está sujeito à disciplina do patrão - mas o espaço de trabalho também está estruturado pela disciplina patriarcal. As trabalhadoras não são escravas assalariadas no mesmo sentido em que os trabalhadores, e nem é a subordinação do escravo assalariado a mesma que a da esposa. Tanto o patrão quanto o marido têm direito de controle sobre o uso do corpo dos trabalhadores e das esposas, mas, embora todo marido tenha suas exigências específicas, o conteúdo do trabalho da dona de casa

é determinado pelo fato de ela ser mulher. (Pateman, 1993, p. 225).

Assim, a sujeição das esposas é definida pela sua condição feminina, sendo privadas de direitos individuais por serem concebidas como extensões de seus maridos.

Reunindo pressupostos feministas sobre o contrato de casamento, Pateman constrói uma crítica à suposta neutralidade contratual entre homens e mulheres. A autora reafirma que o contrato matrimonial não é celebrado entre partes iguais, pois, ainda que os termos sejam definidos enquanto solteiros, a mulher perde sua existência civil ao se casar, o que invalida qualquer acordo anterior. A filósofa britânica recupera os argumentos de pensadores como William Thompson e John Stuart Mill para evidenciar como alguns críticos já apontavam a submissão feminina como uma construção artificial e obsoleta. William Thompson defende que quando as mulheres tiverem seus direitos políticos e civis garantidos, e se tornarem economicamente independentes, elas não teriam mais motivos para se submeterem aos homens. A subordinação da mulher, para Stuart Mill, seria a única relíquia de um mundo antigo, uma construção monstruosa, estabelecida nos parâmetros do contrato do casamento. Assim, ela estabelece que não há um documento intitulado “O Contrato de Casamento”, para ser assinado, e que na verdade ele se tornou um *status*.

Debatendo os argumentos de Thompson, Stuart Mill, Hagel, Kant e Rousseau, Pateman contrapõe as ideias sobre os contratos e o desnível existente na relação entre homens e mulheres com as reflexões das feministas em diferentes patamares. As contemporâneas “frequentemente concluem que a única alternativa para a construção patriarcal da sexualidade é a eliminação da diferença sexual, isto é, tornar a masculinidade e a feminilidade politicamente irrelevantes.” (Pateman, 1993, p. 275). Essa transformação do contrato em *status* para é a consolidação do patriarcado na sua forma moderna.

Ampliando o debate sobre as formas pelas quais os homens mantêm o contrato sexual no patriarcado moderno, a autora argumenta que o casamento já não é mais a única via de acesso masculino ao corpo feminino. No capitalismo contemporâneo, esse acesso se diversifica e se amplia. Como ela afirma: “A prostituição é parte integrante do capitalismo. Não se colocam mais as esposas em um leilão público, mas os homens podem comprar o acesso sexual aos corpos das mulheres no mercado capitalista” (Pateman, 1993, p. 279).

Carole Pateman destaca que, diferentemente da esposa, a prostituta, como uma trabalhadora, comercializa diretamente seu corpo e é remunerada por isso. Com base em uma citação de Simone de Beauvoir, ela distingue essas duas posições femininas dentro da lógica patriarcal: “A esposa é contratada pela vida inteira por um homem, enquanto a prostituta tem vários clientes que pagam a cada encontro. A esposa é protegida por um único homem contra todos os outros; a prostituta é defendida por todos contra a tirania exclusiva de cada um” (Beauvoir, apud Pateman, 1993, p. 281).

A discussão sobre a prostituição, marcada por contradições e dilemas complexos, poderia ser tema de um estudo próprio. Ainda assim, Carole Pateman (1993) reserva um espaço importante para refletir sobre o assunto, tratando-o como uma poderosa metáfora da dominação masculina sobre o corpo feminino. Para a autora, a prostituição não é apenas uma atividade isolada ou marginal, mas uma expressão da lógica patriarcal que transforma o corpo da mulher em mercadoria disponível ao uso e controle dos homens. Seu objetivo não é esgotar a temática, mas inseri-la em uma crítica mais ampla à lógica patriarcal do contrato sexual. De um lado, os teóricos do contrato defendem a prostituição como expressão da liberdade individual e contratual, ignorando que são, majoritariamente, as mulheres que ocupam essa posição — o que evidencia a desigualdade estrutural de gênero. De outro, feministas contrárias à prostituição são frequentemente criticadas por supostamente assumirem que a mulher é incapaz de exercer sua autonomia, reforçando uma visão essencialista da subordinação sexual. Pateman (1993), no entanto, propõe um deslocamento importante: a prostituição não deve ser compreendida apenas

como uma questão que afeta as mulheres, mas como parte do exercício do poder masculino. É, portanto, uma peça do contrato sexual que assegura aos homens o direito de acesso ao corpo feminino dentro da lógica capitalista patriarcal. Nesse sentido, ela afirma:

Uma vez que a história do contrato sexual é contada, a prostituição pode ser encarada como um problema referente aos homens. O problema da prostituição torna-se então envolvido na questão de por que os homens reivindicam que os corpos das mulheres sejam vendidos no mercado capitalista. A história do contrato sexual também dá a resposta: a prostituição faz parte do exercício da lei do direito sexual masculino, uma das maneiras pelas quais os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres (Pateman, 1993, p. 285).

A autora convida o leitor a refletir sobre como esse suposto direito se ancora em estruturas mais profundas de dominação, que envolvem a subordinação feminina e o poder sexual masculino sobre os corpos das mulheres.

4 LÉLIA GONZALEZ E A OPRESSÃO PELAS RELAÇÕES SOCIAIS

Em 1980, Lélia Gonzales apresentou o seu trabalho “Racismo e sexismo na cultura brasileira” na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Se Simone e Carole nos fazem refletir sobre estruturas complexas de dominação masculina sobre corpos e mentes femininos nas relações ocidentais, Lélia é a autora que localiza o debate na realidade brasileira. Gonzales deve ser a autora responsável por nos fazer refletir sobre a dupla opressão sofrida pela mulher negra. Neste trabalho, a autora discute as noções de mulata, de doméstica e de mãe preta e como essas representações demonstram formas de violências simbólicas, sexual e econômica que afetam os corpos negros femininos. Seu texto revela como o racismo e o sexismo se entrelaçam para produzir e naturalizar imagens estereotipadas que reduzem essas mulheres a papéis subalternos e desumanizados.

A figura da mulata é talvez uma das mais ambíguas e violentas na tradição cultural brasileira. Gonzalez (1980) a identifica como resultado direto da herança escravocrata, em que a mulher negra era sexualmente objetificada e violada pelo senhor branco. A mulata, nesse contexto, é construída como símbolo de sensualidade, desejo e disponibilidade sexual — uma mulher negra “aceitável” para o consumo erótico do homem branco, mas nunca para o convívio social público. A autora denuncia esse processo como uma forma de hiperssexualização do corpo negro feminino. Trata-se de uma fantasia colonial que, ao mesmo tempo em que valoriza esteticamente certos traços da mulher negra, a mantém em um lugar de inferioridade moral e afetiva.

Já a imagem da doméstica representa outro polo da mesma estrutura de opressão: o da servidão cotidiana sob a forma do trabalho informal, precário e mal remunerado. A mulher negra, nesse caso, é compreendida como alguém destinada a cuidar das casas e das famílias brancas, perpetuando uma lógica de serviço herdada da escravidão. Para Gonzalez, o trabalho doméstico não é apenas uma função social, mas um lugar simbólico que reforça a sujeição da mulher negra. A relação entre patroas brancas e empregadas negras reproduz um padrão hierárquico no qual o afeto, quando existe, é sempre mediado pela desigualdade. A autora critica duramente a romantização dessa relação, especialmente nas representações midiáticas que tentam mostrar a doméstica como “quase da família”, ocultando as profundas assimetrias de poder, classe e cor que sustentam esse vínculo.

A terceira imagem analisada por Gonzalez é a da mãe preta, figura que remete diretamente ao período escravocrata, quando mulheres negras eram responsáveis por

amamentar e criar os filhos das senhoras brancas. A mãe preta é construída como uma mulher dócil, afetuosa e resignada, cujo amor e cuidado são oferecidos às famílias brancas em detrimento de sua própria família e de seus próprios filhos. Gonzalez denuncia essa figura como um símbolo da negação da subjetividade da mulher negra: ela é valorizada apenas enquanto cuidadora do outro, mas desumanizada enquanto indivíduo. O afeto que lhe é atribuído não é reconhecimento, mas funcionalização — uma forma de torná-la útil, segura e controlável. A autora aponta ainda que, ao lado da mulata e da doméstica, a mãe preta contribui para uma narrativa de “boas negras”, mulheres que sabem seu lugar e se conformam à ordem racial e patriarcal.

Esses três estereótipos — mulata, doméstica e mãe preta — operam como dispositivos de controle simbólico do corpo e da subjetividade das mulheres negras. Eles restringem suas possibilidades de existência a papéis historicamente determinados, negando-lhes o direito à complexidade, à individualidade e à cidadania plena. Ao mesmo tempo, são figuras funcionalizadas por uma cultura que se recusa a reconhecer o racismo estrutural, preferindo enquadrá-las em moldes que garantam sua subalternidade. Gonzalez demonstra que esses estigmas não são apenas construções culturais, mas instrumentos políticos de dominação: ao consolidar essas imagens como “naturais”, a sociedade brasileira reproduz as bases simbólicas da exclusão racial e de gênero.

Importante destacar que a crítica de Gonzalez não se limita à denúncia. Ao propor o conceito de amefricanidade, ela reivindica uma epistemologia própria das mulheres negras latino-americanas, centrada nas experiências históricas de resistência e na produção de saberes marginalizados pelas elites brancas. A luta contra o racismo e o sexismo, portanto, exige não apenas o combate aos estereótipos, mas também a valorização das formas de existência, fala e memória das mulheres negras como produtoras de história e cultura.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao reunir os pensamentos de Simone de Beauvoir, Lélia Gonzalez e Carole Pateman, percebemos que, embora partam de contextos sociais e históricos distintos, as três autoras denunciam a forma como as mulheres são historicamente oprimidas por estruturas de poder enraizadas no patriarcado. Cada uma, a seu modo, revela que a opressão das mulheres não é acidental ou periférica, mas na verdade, fazem parte da estrutura da organização social.

As autoras constroem seus argumentos a partir do conceito de alteridade, ao posicionar a identidade feminina como uma contraposição da construção do masculino. Desde Gênesis, a mulher é constituída como um apêndice do masculino, que por sua vez é constituído a imagem e semelhança d'O criador. Se um é a referência, para o outro só bastou ser o complemento, nunca um inteiro, sempre uma parte. Simone de Beauvoir dedica seu trabalho a exemplificar como essa construção de ser mulher ocorre nas diferentes fases da vida, nos dando exemplos no decorrer de cada momento. Como somos educadas para uma vida contida, podada, moderada e reclusa e como os mitos fundacionais contribuem para cristalizar essas imagens de controle. Carole Pateman confirma o argumento de Simone de Beauvoir ao demonstrar como o casamento é a estrutura que concretiza essa dominação, ao mesmo tempo a legitima.

Ao tratarem do trabalho doméstico exercido por essas esposas, as autoras europeias ressaltam a desvalorização e a sua face opressora, mas é Lélia Gonzalez que demonstra com exatidão a carga que essa atividade exerce nas mulheres negras, desvendando a dupla opressão sofrida por elas em sua análise interseccional. Quando se trata da feminilidade negra, as imagens de controle se expandem, não temos apenas as imagens de virgem, musa, esposa, mãe imaculada para controlá-las, mas também a de mulata, símbolo do desejo proibido masculino, a doméstica e a mãe preta, que representam o “Outro do Outro”, ou seja, da esposa. Elas entram

em cena para assumir as tarefas que sobrecarregam a esposa e que possam destituir a mulher branca de sua imaculada e perfeita imagem ao lado do seu marido.

Juntas, essas autoras mostram que a libertação das mulheres exige não apenas a crítica ao patriarcado, mas também ao racismo e às estruturas de poder que regulam o acesso à cidadania, ao corpo e ao desejo. Essa crítica deve vir acompanhada pela luta contra essas imagens de controle e mitos fundacionais que ainda perpassam o imaginário popular.

Por fim, é importante destacar que o pensamento dessas autoras não apenas denuncia as injustiças do passado, mas também aponta para o futuro. Beauvoir reivindica a liberdade como projeto existencial e histórico; Gonzalez chama à valorização das epistemologias negras e à luta contra o mito da democracia racial; Pateman exige uma reformulação radical das categorias políticas que sustentam a desigualdade de gênero. Em tempos de retrocessos nos direitos das mulheres e de aprofundamento das desigualdades sociais, suas obras continuam indispensáveis para quem busca construir uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. v. I. Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro [1940] 1970. Disponível em:

https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/869763/mod_resource/content/0/BEAUVOIR%20C%20simone.%20O%20segundo%20sexo-%20Fatos%20e%20Mitos%281949%29.pdf

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. v. 2. Experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [1949] 1967. Disponível em:

<https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/o-segundo-sexo-2.pdf>

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>

PATEMAN, Carolle. **O Contrato sexual**. Tradução de Márcia Xavier de Brito. São Paulo: Paz e Terra [1988] 1993.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265–285, maio-ago. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/cVyTVdFx8FVgcppK7QNQr4B/?lang=pt>